

DANIEL DE AZEVEDO CRESPO
SAMANTHA LOPES DE MORAES LONGO
MARILIA DO NASCIMENTO PEREIRA MEINERZ
GUSTAVO HAMANN DE FREITAS
PEDRO HENRIQUE MEINERZ
LUCAS BERNARDO SAUZEM ROCHA

**ENTRE MUROS E DIREITOS: A COMPLEXIDADE
DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL**

SÃO PAULO | 2024



DANIEL DE AZEVEDO CRESPO
SAMANTHA LOPES DE MORAES LONGO
MARILIA DO NASCIMENTO PEREIRA MEINERZ
GUSTAVO HAMANN DE FREITAS
PEDRO HENRIQUE MEINERZ
LUCAS BERNARDO SAUZEM ROCHA

**ENTRE MUROS E DIREITOS: A COMPLEXIDADE
DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL**

SÃO PAULO | 2024



1.^a edição

**ENTRE MUROS E DIREITOS: A COMPLEXIDADE DO
SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL**

ISBN 978-65-6054-072-9



Autores

Daniel de Azevedo Crespo
Samantha Lopes de Moraes Longo
Marília do Nascimento Pereira Meinerz
Gustavo Hamann de Freitas
Pedro Henrique Meinerz
Lucas Bernardo Sauzem Rocha

ENTRE MUROS E DIREITOS: A
COMPLEXIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO
NO BRASIL

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHE
2024

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E61 Entre muros e direitos [livro eletrônico] : a complexidade do sistema carcerário no Brasil / Daniel de Azevedo Crespo... [et al.]. – São Paulo, SP: Arche, 2024.
78 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-072-9

1. Sistema prisional – Brasil. 2. Direitos humanos. 3. Desigualdade. I. Crespo, Daniel de Azevedo. II. Longo, Samantha Lopes de Moraes. III. Meinerz, Marília do Nascimento Pereira. IV. Freitas, Gustavo Hamann de. V. Meinerz, Pedro Henrique. VI. Rocha, Lucas Bernardo Sauzem.

CDD 344.81035

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arche.
São Paulo- SP
Telefone: +55 (11) 94920-0020
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*® 2024 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patricia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutorando. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonado, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt - MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

APRESENTAÇÃO

O livro digital "Entre Muros e Direitos: A Complexidade do Sistema Carcerário no Brasil" mergulha nas intrincadas questões que permeiam o sistema prisional brasileiro. Ao longo das próximas páginas, exploraremos detalhadamente os diversos aspectos desse sistema, desde a superlotação e condições prisionais até os impactos psicológicos e sociais do encarceramento, passando pelos efeitos nas famílias e comunidades, além de discutir a discriminação e desigualdade presentes nesse contexto. Além disso, serão apresentados exemplos de programas bem-sucedidos na redução da reincidência e na integração social dos egressos do sistema prisional.

Inicialmente, na seção, *Superlotação e Condições Prisionais*, abordaremos em detalhes a questão da superlotação nas prisões brasileiras e as condições degradantes enfrentadas pelos detentos. Discutiremos a

falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos humanos e materiais, bem como os impactos diretos sobre a saúde e a dignidade dos presos.

Na sequência, exploraremos os *Impactos Psicológicos e Sociais do Encarceramento*, os seus efeitos profundos do encarceramento na saúde mental e bem-estar psicológico dos detentos. Adicionalmente, analisaremos as consequências do isolamento, da violência e do estigma social sobre a saúde mental dos presos, bem como seu impacto nas relações familiares e comunitárias.

Em prosseguimento, na seção: *Impactos Sociais do Encarceramento nas Famílias e Comunidades*, será examinado os impactos do encarceramento não apenas nos detentos, mas também em suas famílias e comunidades. Abordaremos questões como o distanciamento familiar, o estigma associado ao encarceramento e os desafios enfrentados pelos familiares na reintegração social dos ex-detentos.

No item, *Discriminação e Desigualdade no Sistema Prisional*, discutiremos a discriminação e desigualdade presentes no sistema prisional brasileiro, destacando a representação de indivíduos não brancos, especialmente, os negros e pobres nas estatísticas de encarceramento. Analisaremos como estes fatores contribuem para a reprodução de desigualdades sociais e raciais no contexto prisional.

Por fim, apresentaremos exemplos de programas e iniciativas que se mostraram eficazes na redução da reincidência criminal e na promoção da integração social dos egressos prisionais. Analisaremos as estratégias adotadas e os resultados alcançados, destacando boas práticas que podem ser replicadas e aprimoradas.

Ao finalizar esta obra, esperamos ter fornecido uma visão abrangente e detalhada da complexidade do sistema carcerário brasileiro. Mais do que isso, almejamos contribuir para o debate público e

acadêmico sobre políticas penitenciárias, promovendo uma reflexão crítica e propondo soluções que visem à promoção da justiça social, dos direitos humanos e da reintegração efetiva dos indivíduos na sociedade.

Este livro digital é uma ferramenta essencial para estudantes, pesquisadores, profissionais da área jurídica, políticas públicas, psicologia, sociologia e todos aqueles interessados em compreender e transformar o cenário do sistema prisional no Brasil.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 22 |
| SUPERLOTAÇÃO E CONDIÇÕES PRISIONAIS | 28 |
| IMPACTO DAS CONDIÇÕES PRISIONAIS NA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS RECLUSOS | 31 |
| IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO | 35 |
| IMPACTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO NAS FAMÍLIAS E COMUNIDADES | 39 |
| CONCLUSÃO | 43 |
| DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE NO SISTEMA PRISIONAL | 45 |
| EXPLORAÇÃO DA SELETIVIDADE PENAL E SEU IMPACTO NAS COMUNIDADES MARGINALIZADAS | 49 |
| PRÁTICAS ALTERNATIVAS E REFORMA DO SISTEMA PRISIONAL | 53 |
| EXEMPLOS DE PROGRAMAS BEM-SUCEDIDOS NA REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA E NA INTEGRAÇÃO SOCIAL | 57 |
| REFERÊNCIAS | 62 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 67 |

RESUMO

O sistema prisional brasileiro enfrenta uma série de desafios que refletem as interações multifacetadas entre políticas públicas, questões sociais e economia política. A superlotação, condições degradantes e desigualdades sistêmicas são apenas alguns dos problemas persistentes. Este livro digital analisa a lógica política subjacente ao sistema prisional do Brasil, ressaltando a urgência de mudanças significativas para garantir os princípios de justiça social e direitos humanos. Com a quarta maior população carcerária do mundo, o Brasil demonstra uma política de encarceramento em massa que se intensificou ao longo das décadas. A superlotação e o crescimento exponencial da população carcerária revelam uma crise que vai além da capacidade das instituições de lidar humanamente com os detentos. A abordagem penal predominante não só falha em

reabilitam os indivíduos, mas também agrava as condições sociais e psicológicas dos detentos e suas famílias. A superlotação nas prisões é apenas um sintoma de um problema mais profundo: uma abordagem penal que não só falha em reabilitar os indivíduos, mas também agrava as condições sociais e psicológicas dos detentos e suas famílias. Esses problemas são agravados por uma abordagem que muitas vezes ignora as condições socioeconômicas e raciais dos presidiários. Além disso, o encarceramento em massa, perpétua as desigualdades socioeconômicas e raciais, funcionando como um meio de controlar populações marginalizadas em vez de reintegrá-las de maneira produtiva na sociedade. Diante desse cenário sombrio, é essencial reconsiderar as políticas atuais do sistema prisional brasileiro. A importância de uma reforma que vá além de simplesmente ajustar as práticas de encarceramento para lidar com as origens das

desigualdades e injustiças que perpetuam o ciclo de crime e punição é clara. As mudanças devem visar não apenas a redução da população carcerária, mas também a melhoria das condições de vida nas prisões, a promoção da justiça social e econômica, e garantir o respeito aos direitos humanos. Este livro digital, explorará essas questões em profundidade, utilizando um conjunto diversificado de abordagens, para compreender as complexidades do sistema prisional brasileiro e sugerir estratégias para uma reforma significativa que reduza o sofrimento dos detentos e suas famílias, ao mesmo tempo, em que contribui para tornar a sociedade mais justa e segura para todos.

Palavras-chave: Sistema prisional. Brasil. Direitos humanos. Desigualdade. Políticas públicas.

ABSTRACT

The Brazilian prison system faces a series of challenges that reflect the multifaceted interactions between public policies, social issues and political economy. Overcrowding, degrading conditions and systemic inequalities are just some of the persistent problems. This digital book analyzes the political logic underlying Brazil's prison system, highlighting the urgency for significant changes to guarantee the principles of social justice and human rights. With the fourth largest prison population in the world, Brazil demonstrates a policy of mass incarceration that has intensified over the decades. Overcrowding and the exponential growth of the prison population reveal a crisis that goes beyond the capacity of institutions to deal humanely with inmates. The predominant penal approach not only fails to rehabilitate individuals, but also worsens the social and psychological conditions of inmates and their families. Overcrowding in

prisons is just a symptom of a deeper problem: a penal approach that not only fails to rehabilitate individuals, but also worsens the social and psychological conditions of inmates and their families. These problems are compounded by an approach that often ignores the socioeconomic and racial conditions of inmates. Furthermore, mass incarceration perpetuates socioeconomic and racial inequalities, functioning as a means of controlling marginalized populations rather than productively reintegrating them into society. Given this grim scenario, it is essential to reconsider the current policies of the Brazilian prison system. The importance of reform that goes beyond simply adjusting incarceration practices to address the root causes of inequalities and injustices that perpetuate the cycle of crime and punishment is clear. Changes must aim not only to reduce the prison population, but also to improve living conditions in prisons, promote social and

economic justice, and guarantee respect for human rights. This digital book will explore these issues in depth, using a diverse set of approaches, to understand the complexities of the Brazilian prison system and suggest strategies for meaningful reform that reduce the suffering of inmates and their families, while at the same time contributing to make society fairer and safer for everyone.

Keywords: Prison system. Brazil. Human rights. Inequality. Public policy.

RESUMEN

El sistema penitenciario brasileño enfrenta una serie de desafíos que reflejan como interacciones multifacéticas entre políticas públicas, misiones sociales y economía política. La superlotación, las condiciones degradantes y las desigualdades sistémicas son sólo algunos de los problemas persistentes. Este libro digital analiza la lógica política subyacente al sistema penitenciario de Brasil, ressaltando la urgencia de cambios significativos para garantizar los principios de justicia social y derechos humanos. Como la cuarta mayor población carcelaria del mundo, Brasil demuestra una política de encarcelamiento en masa que se ha intensificado a lo largo de las décadas. La superlotação y el crecimiento exponencial de la población carcerária revelan una crisis que vai además de la capacidad de las instituciones de lidar humanamente con los detentos. El abordaje penal predominante no sólo falta para

reactivar a los individuos, sino que también agrava las condiciones sociales y psicológicas de los detenidos y de sus familias. La superlotação nas prisões es apenas un síntoma de un problema más profundo: un abordaje penal que no sólo falla en reactivar a los individuos, sino que también agrava las condiciones sociales y psicológicas de los detentos y las familias. Estos problemas se agravan por un abordaje que muchas veces ignoran las condiciones socioeconómicas y raciales de los presidiarios. Además, el encarcelamiento masivo, perpetuo como desigualdades socioeconómicas y raciales, funciona como un medio de controlar a las poblaciones marginadas a la vez de reintegrar las de manera productiva en la sociedad. Diante desse cenário sombrio, é esencial reconsiderar as políticas atuais do sistema carcelario brasileiro. La importancia de una reforma que vá además de simple ajustarse a las prácticas de encarcelamiento para lidar con los

orígenes de las desigualdades e injusticias que perpetúan el ciclo de delincuencia y castigo es claro. As mudanças devem visar não apenas a redução da população carcerária, pero também a melhoria das condições de vida nas prisões, a promoção da justiça social econômica, y garantir o respeito aos direitos humanos. Este libro digital, explorará esas preguntas en profundidad, utilizando un conjunto diversificado de abordajes, para comprender las complejidades del sistema penitenciario brasileño y sugerir estrategias para una reforma significativa que reduzca el sufrimiento de los detentos y de sus familias, al mismo tiempo, que contribuya a tornar a sociedade mais justa e segura para todos.

Palavras-chave: Sistema penitenciario. Brasil. Derechos humanos. Desigualdad. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

O sistema prisional do Brasil enfrenta uma série de desafios críticos que refletem as complexas interações entre políticas públicas, questões sociais e economia política. A superlotação, condições degradantes, desigualdades sistemáticas e as profundas consequências psicológicas e sociais do encarceramento são alguns dos principais problemas persistentes ao longo do tempo. Este texto pretende analisar a lógica política que orienta o sistema prisional brasileiro, destacando a urgência e a necessidade de mudanças significativas para atender aos princípios de justiça social e direitos humanos.

O Brasil, com a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia, mostra uma política de encarceramento em massa que tem se intensificado ao longo das décadas

(Carvalho, 2010). Conforme o relatório do *International Centre for Prison Studies*, a superlotação e o crescimento exponencial da população carcerária no Brasil revelam uma crise que vai além da capacidade das instituições de lidar humanamente com os detentos e reinseri-los de forma eficaz (Walmsley, 2011). Essa situação preocupante não é um evento isolado, mas uma expressão de políticas criminais que seguem uma lógica punitiva global que prioriza o confinamento punitivo em detrimento da reabilitação, conforme descrito por Wacquant (2011).

A superlotação nas prisões é apenas um sintoma de um problema mais profundo: uma abordagem penal que não só falha em reabilitar os indivíduos, mas também agrava as condições sociais e psicológicas dos detentos e suas famílias (Bicalho e Rangel, 2016). Estes problemas são agravados por uma abordagem que

geralmente ignora as condições socioeconômicas e raciais dos presidiários, colocando um fardo desproporcional sobre os mais vulneráveis, especialmente negros e pobres, que estão sobre-representados nas estatísticas carcerárias (Adorno & Cardia, 1999; Nascimento, 2008).

Além disso, o encarceramento em massa reflete e perpetua desigualdades socioeconômicas e raciais, funcionando como um meio de controlar populações marginalizadas em vez de reintegrá-las de maneira produtiva na sociedade (Wacquant, 2011). Esse fenômeno não se restringe às fronteiras das instituições penais; ele se estende por toda a sociedade, moldando interações sociais e oportunidades econômicas para várias gerações. Como apontado por Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012), as práticas do sistema prisional afetam diretamente as dinâmicas de poder e

subjetivação na estrutura social, fortalecendo estigmas e exclusão.

Diante desse cenário sombrio, é essencial reconsiderar as políticas atuais do sistema prisional brasileiro.

A importância de uma reforma que vá além de simplesmente ajustar as práticas de encarceramento para lidar com as origens das desigualdades e injustiças que perpetuam o ciclo de crime e punição é clara. As mudanças devem visar não apenas a redução da população carcerária, mas também a melhoria das condições de vida nas prisões, a promoção da justiça social e econômica, e garantir o respeito aos direitos humanos (Scisleski et al., 2016).

Para a Psicologia e outras disciplinas sociais e humanas, surge então o desafio de contribuir com conhecimentos e práticas que auxiliem na

transformação desse cenário. A intersecção entre teorias psicológicas, intervenções práticas e políticas públicas pode trazer novas perspectivas para compreender e modificar o sistema prisional visando promover a dignidade humana, equidade social e uma reintegração eficaz dos indivíduos na sociedade (Uziel et al., 2018).

Este texto busca explorar essas questões em profundidade, utilizando um conjunto diversificado de abordagens para compreender as complexidades do sistema prisional brasileiro e sugerir estratégias para uma reforma significativa que possa reduzir o sofrimento dos detentos e suas famílias, ao mesmo tempo, em que contribui para tornar a sociedade mais justa e segura para todos.

SUPERLOTAÇÃO E CONDIÇÕES PRISIONAIS



SUPERLOTAÇÃO E CONDIÇÕES PRISIONAIS

Descrição da Questão da Superlotação nas Prisões do Brasil

A superlotação nas prisões brasileiras é um problema que vai além da capacidade física das instalações penitenciárias, envolvendo questões complexas de políticas públicas, administração prisional e direitos humanos. O Brasil, como mencionado anteriormente, está entre os países com uma das maiores populações carcerárias do mundo, com números que continuam a crescer ano após ano (Carvalho, 2010). Segundo Walmsley (2011), o país enfrenta uma situação em que a quantidade de presos supera significativamente a capacidade das prisões designadas para abrigá-los.

Essa situação não reflete apenas um aumento na criminalidade, mas também uma abordagem punitiva que tem priorizado o aprisionamento como principal

resposta ao crime (Wacquant, 2011). A lei de drogas de 2006, por exemplo, é frequentemente apontada como responsável por esse aumento ao penalizar a posse para uso pessoal com penas de prisão, contribuindo para o crescimento dos números da população carcerária (Boiteux, 2018).

A dinâmica da superlotação é tal que muitas prisões operam com o dobro ou até mesmo o triplo de sua capacidade, acarretando uma série de problemas tanto para os presos quanto para os gestores prisionais.

De acordo com um relatório do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), a superlotação dentro das unidades penitenciárias agrava questões relacionadas à saúde, violência e carência de acesso a serviços básicos (CNPCP, 2012).

IMPACTO DAS CONDIÇÕES PRISIONAIS NA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS RECLUSOS



IMPACTO DAS CONDIÇÕES PRISIONAIS NA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS RECLUSOS

As condições precárias e perigosas de vida nas prisões superlotadas são evidentes. A falta de espaço adequado é apenas uma parte visível de um problema que abrange ventilação insuficiente, iluminação precária, insalubridade e ausência de privacidade (Dias e Darke, 2016). Essas circunstâncias favorecem a propagação de doenças como tuberculose, HIV e infecções cutâneas, que são muito mais comuns entre populações carcerárias do que na população em geral (Dias, 2015).

Além disso, a saúde mental dos reclusos é bastante afetada. O isolamento, a violência, a incerteza em relação ao futuro e o tratamento frequentemente desumano contribuem para o surgimento de distúrbios psicológicos como depressão e ansiedade (Scisleski et al., 2016). A escassez de programas eficazes em saúde

mental e a superlotação dificultam ainda mais o acesso a tratamentos adequados, perpetuando um ciclo de sofrimento e deterioração da saúde mental.

Os efeitos adversos da superlotação nas prisões afetam não apenas os presos, mas também prejudicam a segurança pública e a gestão prisional. Administrativamente, as prisões tornam-se mais desafiadoras de administrar, com recursos limitados sendo esticados para abrigar um número muito maior de detentos do que o planejado inicialmente. Isso resulta em uma queda na qualidade dos serviços oferecidos, desde a alimentação até a segurança, e aumenta os casos de violência e rebeliões (Ferreira e Paes, 2015).

Além disso, a segurança dos próprios funcionários das unidades é colocada em risco devido ao aumento da carga de trabalho e ao alto nível de estresse decorrente da gestão de inúmeros detentos em

espaços confinados (Machado e Lourenço, 2017). Adicionalmente, o sistema prisional lotado, falha em sua missão de ressocialização, transformando-se menos em uma instituição para reforma e mais em um local onde os indivíduos são simplesmente armazenados sem esforços significativos para prepará-los para uma reintegração bem-sucedida na sociedade (Soares, 2018).

Assim sendo, a superlotação não apenas deteriora as condições de vida dentro das penitenciárias, mas também compromete a segurança pública ao impedir que o sistema prisional cumpra adequadamente suas funções essenciais de reabilitação e reintegração dos presidiários.

Portanto, a reforma do sistema penitenciário deve abordar a superlotação e melhorar as condições nas prisões, elementos essenciais para garantir os direitos humanos e a dignidade dos presos.

IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO



IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO

Estudo sobre os Efeitos do Encarceramento na Saúde Mental dos Presos.

O confinamento, ao ser uma situação de isolamento e privação, causa impactos psicológicos significativos nos presos. Esses impactos são diversos e podem resultar em distúrbios mentais de longo prazo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a incidência de problemas de saúde mental em populações carcerárias é consideravelmente maior do que na população em geral, com distúrbios de humor e ansiedade sendo especialmente comuns (Fazel & Seewald, 2012).

As condições dentro das prisões, como superlotação, falta de privacidade, constante insegurança, isolamento social e familiar, e o estresse proveniente de um ambiente rigidamente controlado

contribuem significativamente para o surgimento e agravamento dos problemas de saúde mental. Estudos conduzidos por Andersen e Sestoft (2017) indicam que o isolamento social, principalmente no confinamento solitário, pode intensificar ou desencadear uma variedade de questões psicológicas, incluindo depressão, ansiedade e até sintomas psicóticos.

O sistema prisional frequentemente não oferece o apoio necessário para lidar com os transtornos mentais dos detentos, muitas vezes por falta de recursos financeiros, escassez de profissionais qualificados e uma infraestrutura inadequada para cuidados com a saúde mental.

Conforme observado por Scisleski et al. (2016), a falta de atenção à saúde mental nas prisões reflete uma abordagem punitiva mais ampla, na qual as necessidades básicas dos detentos são frequentemente

negligenciadas ou minimizadas.

**IMPACTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO
NAS FAMÍLIAS E COMUNIDADES**



IMPACTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO NAS FAMÍLIAS E COMUNIDADES

O encarceramento também acarreta consequências sociais profundas para as famílias e comunidades dos presos. As famílias enfrentam uma série de desafios econômicos e emocionais que podem afetar sua estabilidade e funcionamento. Por exemplo, crianças com pais encarcerados são particularmente suscetíveis a problemas de desenvolvimento emocional e comportamental, o que pode impactar seu desempenho escolar e suas relações sociais (Murray, Farrington, & Sekol, 2012).

Além disso, as comunidades das quais a maioria dos detentos provém frequentemente já sofrem com desvantagens socioeconômicas significativas. O aprisionamento de membros dessas comunidades pode intensificar a instabilidade social, reduzindo a coesão comunitária e aumentando a desconfiança em relação

às instituições públicas. Conforme argumentado por Clear (2007), o encarceramento em massa pode enfraquecer os laços sociais, diminuir o capital social e elevar paradoxalmente os índices de criminalidade, contradizendo os objetivos dessas políticas de segurança pública.

Abordando a Estigmatização dos Ex-detentos e seus Desafios na Reintegração Social

A estigmatização dos ex-presidiários representa uma das maiores barreiras para sua reintegração na sociedade.

O estigma pode se manifestar por meio de discriminação no mercado de trabalho, dificuldades de acesso à moradia e exclusão de diversos serviços sociais. O estigma associado a ter um histórico criminal impede muitos ex-detentos de conseguirem empregos formais, colocando-os em um ciclo de pobreza e,

frequentemente, reincidência. De acordo com Visser, Debus-Sherrill e Yahner (2011), a falta de aceitação social e oportunidades aumenta consideravelmente o risco de reincidência, já que os ex-detentos têm poucas alternativas para uma subsistência legítima.

O desafio da reinserção é complicado por políticas públicas que frequentemente não apoiam adequadamente a transição dos ex-detentos para a vida comunitária. A ausência de programas abrangentes de reintegração e o acesso limitado a serviços de apoio, como aconselhamento em saúde mental e assistência profissional, são obstáculos significativos que dificultam aos ex-detentos reconstruir suas vidas (Petersilia, 2003).

CONCLUSÃO



CONCLUSÃO

Os impactos psicológicos e sociais da prisão são profundos e extensivos, afetando não somente os detentos, mas também suas famílias e comunidades.

Para minimizar esses efeitos, é fundamental adotar uma abordagem abrangente que englobe aprimoramento das condições nas prisões, fortalecimento dos serviços de saúde mental dentro do sistema prisional e estabelecimento de políticas eficazes de reintegração que lidem com o estigma e os obstáculos ao emprego e à moradia enfrentados por ex-detentos. Somente por meio de uma reforma abrangente que respeite a dignidade e a humanidade dos presos, podemos esperar reduzir os ciclos de criminalidade e encarceramento, promovendo assim uma sociedade mais justa e segura para todos.

DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE NO SISTEMA PRISIONAL



DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE NO SISTEMA PRISIONAL

Exame das Disparidades Raciais e de Gênero Dentro do Sistema Prisional

O preconceito e a discriminação institucional não só afetam a probabilidade de prisão, mas também a gravidade das penas impostas. Pesquisas mostram que homens negros muitas vezes recebem penas mais longas do que outros grupos, mesmo quando acusados dos mesmos crimes (Carvalho, 2010).

Como as Políticas Criminais Refletem e Perpetuam Desigualdades Sociais e Econômicas

As políticas criminais não surgem ou são aplicadas isoladamente; elas são profundamente influenciadas por contextos sociais e econômicos. No Brasil, o endurecimento das leis de drogas na década de 2000, resultando em um aumento significativo na população carcerária por delitos não violentos

relacionados às drogas, é um exemplo de como as políticas podem ampliar disparidades já existentes. Essas leis tendem a penalizar desproporcionalmente pessoas de comunidades com baixa renda e minorias étnicas que já estão economicamente marginalizadas (Ramos & Musumeci, 2015).

A seletividade das políticas criminais, frequentemente direcionada aos crimes nas ruas em detrimento dos crimes financeiros brancos, reflete e perpetua uma divisão de classes no sistema legal. Enquanto os crimes nas ruas, mais comuns entre indivíduos de classes sociais mais baixas, são combatidos vigorosamente, os delitos financeiros e corporativos que causam danos significativos à sociedade muitas vezes são tratados com menor severidade (Sutherland, 1949).

Essa disparidade não apenas perpétua as desigualdades sociais e econômicas, mas também

reforça a ideia de uma justiça desigual.

**EXPLORAÇÃO DA SELETIVIDADE PENAL E SEU
IMPACTO NAS COMUNIDADES
MARGINALIZADAS**



EXPLORAÇÃO DA SELETIVIDADE PENAL E SEU IMPACTO NAS COMUNIDADES MARGINALIZADAS

A seletividade penal, em que certos grupos sociais são mais alvo do sistema de justiça criminal do que outros, tem consequências significativas para as comunidades marginalizadas. A criminalização da pobreza e das minorias é evidente na alta presença de indivíduos pobres e negros nos sistemas prisionais ao redor do mundo. No Brasil, essa seletividade é clara no grande número de jovens negros encarcerados por crimes relacionados a drogas, enquanto os fatores sociais que levam à criminalidade, como a falta de educação e oportunidades de emprego, permanecem praticamente inalterados (Batista, 2003).

Essa prática não apenas espelha as desigualdades existentes, mas também as intensifica, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão social. As famílias desses

indivíduos frequentemente enfrentam maiores dificuldades, incluindo perda de renda e estigma associado à prisão de um membro da família. Além disso, uma vez marcados pelo sistema penal, os ex-detentos encontram enormes obstáculos para se reintegrar na sociedade, como dificuldades para arranjar emprego e acesso limitado a serviços sociais - fatores que contribuem para altas taxas de reincidência (Pager, 2003).

Em suma, as discrepâncias raciais e de gênero no sistema prisional, assim como a seletividade penal, apontam para um problema mais profundo de desigualdade na sociedade e nas instituições de justiça criminal. Para lidar eficazmente com essas questões, é essencial não apenas reformar políticas criminais visando garantir uma aplicação mais justa e equitativa da lei, mas também enfrentar as disparidades sociais e

econômicas que alimentam o ciclo de criminalização e aprisionamento. Somente por meio de uma abordagem holística e inclusiva podemos aspirar alcançar uma verdadeira justiça social e um sistema judicial que respeite os direitos e a dignidade de todos os indivíduos.

PRÁTICAS ALTERNATIVAS E REFORMA DO SISTEMA PRISIONAL



PRÁTICAS ALTERNATIVAS E REFORMA DO SISTEMA PRISIONAL

Revisão de Abordagens Alternativas para a Administração Prisional com Ênfase na Humanização e Reabilitação

Há uma crescente preocupação global com a necessidade de reformar o sistema prisional, indo além do simples confinamento e priorizando a humanização e reabilitação dos presos. Diversas abordagens alternativas têm sido estudadas e postas em prática com o intuito de transformar as prisões de locais de punição em espaços de recuperação e preparação para reintegração social. Essas abordagens são baseadas no respeito aos direitos humanos e na compreensão de que a reabilitação é mais eficaz na redução da reincidência do que o modelo punitivo convencional.

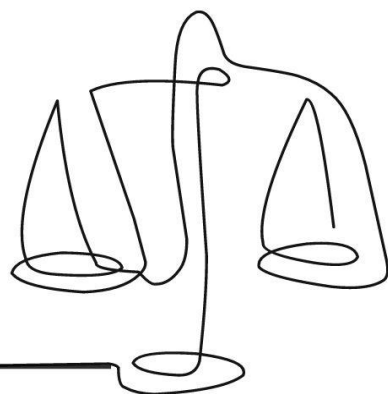
Modelos como o da Justiça Restaurativa têm recebido destaque por sua ênfase na reparação dos danos provocados pelo crime, tanto para a vítima

quanto para o próprio infrator, buscando resolver conflitos por meio do diálogo e consenso. A justiça restaurativa não busca apenas punir, mas também ampliar a compreensão sobre o impacto do crime, trabalhando pela restauração das relações sociais (Zehr, 2002). Outro exemplo é o das prisões abertas nos países escandinavos, que proporcionam aos detentos um ambiente menos restritivo, mais digno e com foco em educação e trabalho, preparando-os adequadamente para a vida após cumprir pena (Pratt, 2008).

Além disso, iniciativas voltadas para a educação e capacitação profissional dentro das prisões são fundamentais para o processo de reabilitação. A educação desempenha um papel crucial na transformação social e pode alterar significativamente o rumo da vida de um indivíduo que está cumprindo pena. Programas que abrangem desde a educação básica

até cursos técnicos e universitários podem contribuir para romper o ciclo de reincidência, fornecendo habilidades valiosas para o mercado de trabalho e elevando a autoestima e a eficácia pessoal dos detentos.

**EXEMPLOS DE PROGRAMAS BEM-SUCEDIDOS
NA REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA E NA
INTEGRAÇÃO SOCIAL**



EXEMPLOS DE PROGRAMAS BEM-SUCEDIDOS NA REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA E NA INTEGRAÇÃO SOCIAL

Diversos programas pelo mundo têm demonstrado eficácia em diminuir a reincidência criminal e promover a reintegração social de ex-detentos. No Brasil, o projeto “Remição pela Leitura”, que permite aos presos reduzir suas penas por meio da leitura e elaboração de relatórios sobre livros, tem apresentado resultados encorajadores não apenas na redução da reincidência, mas também no crescimento pessoal dos participantes.

Nos Estados Unidos, o programa “Delancey Street” é um exemplo bem-sucedido na reabilitação e reintegração de ex-detentos, oferecendo residência, emprego e oportunidades educacionais contínuas em um ambiente comunitário estruturado.

Este software demonstra um índice de sucesso

notável, com uma taxa de reincidência abaixo da média nacional (Delancey Street Foundation, 2020).

Na Noruega, o enfoque no tratamento humanizado e na reabilitação resulta em uma das menores taxas de reincidência do mundo. Os presidiários têm acesso a diversas atividades de reabilitação, como educação, trabalho e terapia, em estabelecimentos que se assemelham mais a dormitórios universitários do que as prisões (Sterbenz, 2014).

Análise dos Obstáculos para Implementar Reformas Prisionais Eficazes

Apesar dos casos bem-sucedidos mencionados, diversos obstáculos dificultam a implementação eficaz de reformas prisionais voltadas para a humanização e reabilitação. Tais entraves incluem resistência cultural à mudança dentro das instituições prisionais, onde

frequentemente predomina uma cultura punitiva em detrimento da reabilitadora. Além disso, a escassez de recursos financeiros representa uma das principais dificuldades enfrentadas por programas de reabilitação, especialmente em nações com sérias restrições orçamentárias (Travis, Western & Redburn, 2014).

Outro desafio consiste na falta de treinamento adequado para os profissionais da segurança prisional, os quais muitas vezes não estão preparados para adotar práticas focadas na reabilitação e podem possuir preconceitos contra os detentos - fatores que comprometem o estabelecimento de um ambiente baseado no respeito mútuo e aprendizado.

Além disso, a falta de apoio político e público para as reformas no sistema prisional pode atrasar ou até mesmo impedir a implementação de mudanças significativas nas políticas prisionais (Petersilia, 2003).

Em resumo, as abordagens alternativas e as reformas no sistema prisional voltadas para a humanização e reabilitação têm o potencial de transformar de maneira significativa o ambiente carcerário, reduzindo a reincidência e facilitando a reintegração eficaz dos ex-detentos à sociedade. Contudo, a concretização dessas mudanças enfrenta diversos obstáculos relevantes que exigem um comprometimento contínuo de múltiplos setores da sociedade, incluindo governos, instituições prisionais, profissionais envolvidos e o público. Somente por meio de um esforço conjunto e persistente podemos almejar alcançar um sistema prisional que não apenas detenha, mas efetivamente reabilite e prepare os indivíduos para uma reintegração bem-sucedida na sociedade.

REFERÊNCIAS

Adorno, S., & Cardia, N. (1999). *Violência, crime and policing systems in new democracies*.

Andersen, H. S., & Sestoft, D. (2017). Long-term psychological effects of solitary confinement. *European Journal of Criminology*.

Batista, N. (2003). *O racismo institucionalizado*. Freitas Bastos.

Bicalho, P. P. G., Kastrup, V., & Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: criação de novas formas de combate. *Psicologia & Sociedade*, volume 24, número 1, páginas 56-65.

Boiteux, L. (2018). Políticas de drogas e superlotação carcerária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 26(1), 201-218.

Carvalho, S. (2010). A estratégia de encarceramento em larga escala. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, volume 5, número 2.

Carvalho, S. (2010). Desigualdade e a questão penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*.

Clear, T. R. (2007). *Imprisoning communities: How mass incarceration makes disadvantaged neighborhoods worse*. Oxford University Press.

CNPCP (2012). *Relatório de Inspeções de 2011-2012*. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Davis, L. et al. (2014). "Effect of correctional education on post-release outcomes." *Journal of Experimental Criminology*.

Delancey Street Foundation. (2020). "About Us." Retrieved from [Delancey Street Foundation website].

Dias, C. N., & Darke, S. (2016). From dispersed to monopolized violence: Expansion and consolidation of the Primeiro Comando da Capital's hegemony in São Paulo's prisons. *Crime, Law and Social Change*, 65(3), 213-225.

Dias, M. (2015). *Saúde no Sistema Prisional Brasileiro*. Fundação Oswaldo Cruz.

Fazel, S., & Seewald, K. (2012). Severe mental illness in 33,588 prisoners worldwide: Systematic review and meta-regression analysis. *The British Journal of Psychiatry*.

Ferreira, A. C., & Paes, N. S. (2015). Políticas públicas e superlotação prisional: O caso brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 889-909.

Machado, D. A. (2015). "Remição pela Leitura: a educação no cárcere como ferramenta de mudança social." *Revista Brasileira de Educação em Prisões*.

Machado, M. B., & Lourenço, L. M. (2017). Prisões, dilemas e desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(1), 92-108.

Murray, J., Farrington, D. P., & Sekol, I. (2012). Children's antisocial behavior, mental health, drug use,

and educational performance after parental incarceration: A systematic review and meta-analysis. *Psychological Bulletin*.

Nascimento, E. (2008). A abordagem neoliberal da pobreza e a criminalização dos pobres. *Psicologia & Sociedade*, volume 20, número 1.

Pager, D. (2003). The mark of a criminal record. *American Journal of Sociology*.

Petersilia, J. (2003). "When prisoners come home: Parole and prisoner reentry." Oxford University Press.

Petersilia, J. (2003). When prisoners come home: Parole and prisoner reentry. Oxford University Press.

Pratt, J. (2008). "Scandinavian Exceptionalism in an Era of Penal Excess." *British Journal of Criminology*.

Ramos, S., & Musumeci, L. (2015). Política de drogas no Brasil: a mudança já começou. Editora Fiocruz.

REFERÊNCIAS

Santos, A. (2018). Gênero e prisões brasileiras. Editora Contexto.

Scisleski A.C.C., et al. (2016). Discriminação estatal e a política da morte: Reflexões sobre os jovens e a legislação. *Fractal: Revista de Psicologia*, volume 28, número 1, páginas 84-93.

Scisleski, A. C. C., et al. (2016). Racismo de Estado e tanatopolítica: Reflexões sobre os jovens e a lei. *Fractal: Revista de Psicologia*.

Soares, B. M. (2018). Ressocialização: Um desafio para o sistema prisional brasileiro. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 19(2), 251-274.

Sterbenz, C. (2014). "Why Norway's prison system is so successful." *Business Insider*.

Sutherland, E. H. (1949). *White Collar Crime*. Dryden Press.

Tempo Social, revista de sociologia da Universidade de São Paulo, volume 11, número 2.

Travis, J., Western, B., & Redburn, S. (2014). "The Growth of Incarceration in the United States: Exploring Causes and Consequences." National Research Council.

Uziel, A. P., et al. (2018). *Sistema Carcerário e Segurança Pública: Preocupações e Contribuições da/o Psicologia*. *Psicologia: Ciência e Profissão*.

Visher, C. A., Debus-Sherrill, S. A., & Yahner, J. (2011). Employment after prison: A longitudinal study of former prisoners. *Justice Quarterly*.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Jorge Zahar Editor.

Wacquant, L. (2011). *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Freitas Bastos.

Wacquant, L. (2011). *Punindo os empobrecidos: a nova administração da pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Walmsley,R.(2011).Lista Mundial da População Prisional.Oitava edição.Londres:Centro Internacional para Estudos Prisionais.

Zehr, H. (2002). "The Little Book of Restorative Justice." Good Books.

ÍNDICE REMISSIVO



ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem, 16

Aceitação, 37

Acesso, 23, 56

Acusados, 42

Adequadamente, 27, 52

Adequado, 25

Adequados, 26

Administração, 22

Adversos, 26

Agravamento, 32

Almejar, 58

Ambiente, 55

Analisar, 14

Ansiedade, 25, 31, 32

Aprendizado, 57

Aprisionamento, 22, 48

Argumentado, 36

Atender, 14

Atividades, 56

Aumentando, 35

Aumento, 26

B

Baseado, 57

Básicos, 23

Brasil, 14, 15, 46

Brasileiro, 17, 18

C

Capacidade, 15

Capital, 36

Carcerária, 15
Carência, 23
Casos, 26
Cenário, 17
China, 14
Cnpcp, 23
Coesão, 35
Communities, 40
Complexas, 14, 22
Complexidades, 18
Complicado, 37
Comunidades, 35, 46
Comunitária, 35
Comunitário, 55
Comuns, 25
Condições, 14
Condições, 21, 22
Conflitos, 52
Conjunto, 58
Consequências, 14
Consiste, 57
Contextos, 42
Contradizendo, 36
Contribui, 18
Contribuir, 17
Controlado, 31
Convencional, 51
Crescimento, 23
Crime, 51
Crimes, 42
Criminal, 36
Criminalidade, 46
Criminalização, 46
Críticos, 14

Cumprindo, 52

Cumprir, 52

Cutâneas, 25

D

Degradantes, 14

Delitos, 42, 43

Depressão, 25, 32

Desafiadoras, 26

Desafio, 57

Desafios, 14

Desconfiança, 35

Designadas, 22

Desigual, 44

Desigualdades, 14, 17

Desigualdades, 42

Desproporcional, 16

Desumano, 25

Deterioração, 26

Detrimento, 15

Dificuldades, 47

Dignidade, 28, 48

Digno, 52

Dinâmica, 23

Direitos, 14

Diretamente, 17

Discrepâncias, 47

Disparidades, 43, 48

Distúrbios, 25, 31

Diversos, 31

Drogas, 43, 46

E

Economia, 14

Econômica, 17

Economicamente, 43

Econômicas, 43, 48

Educação, 56

Educacionais, 55

Efeitos, 31

Eficaz, 18

Elaboração, 55

Elementos, 27

Emprego, 47, 55

Encarceramento, 14

Encarceramento, 31

Encorajadores, 55

Endurecimento, 42

Enfoque, 56

Enfrenta, 14

Enormes, 47

Equidade, 18

Equitativa, 47

Escandinavos, 52

Escassez, 25

Espaço, 25

Especialmente, 31

Essenciais, 27

Estabelecimentos, 56

Esticados, 26

Estigmas, 17

Estigmatização, 36

Estratégias, 18

Estrutura, 17

Evidente, 46

Evidentes, 25

Existentes, 46

Ex-Presidiários, 36

Expressão, 15

F

Falta, 25

Família, 47

Familiar, 31

Famílias, 18

Fardo, 16

Financeiros, 32, 43

Frequentemente, 23, 25,
43

Funções, 27

Futuro, 25

G

Garantir, 17, 27

Gestão, 26

Gravidade, 42

Grupos, 42

H

Habilidades, 53

Homens, 42

Humanas, 17

Humanizado, 56

Humanos, 17, 28, 51

I

Iluminação, 25

Impactar, 35

Impacto, 52

Impactos, 31

Impactos, 30, 31

Implementação, 56

Inadequada, 32

Inalterados, 46

Incluindo, 47

Inclusiva, 48

Indivíduos, 15, 43, 48, 58

Influenciadas, 42

Infraestrutura, 32

Insalubridade, 25

Instabilidade, 35

Instalações, 22

Instituições, 36

Insuficiente, 25

Intensificar, 32

Interações, 14

Intersecção, 18

Intuito, 51

Isoladamente, 42

Isolamento, 25

L

Lidar, 32

Limitados, 26

M

Maiores, 47

Marcados, 47

Massa, 15, 36

Melhoria, 17

Menores, 56

Mental, 32

Minorias, 43

Mudança, 56

Mudanças, 14

Múltiplos, 58

Mundo, 56

N

Não, 46

Necessidade, 14

Negros, 42

Número, 26, 46

O

Obstáculos, 56, 58

Oms, 31

Oportunidades, 37, 46

Oxford, 40

P

Paradoxalmente, 36

Penalizar, 23

Penitenciária, 23

Penitenciárias, 22, 23, 27

Perpetuando, 46

Persistentes, 14

Pessoal, 53

Pobreza, 46

Política, 14

Políticas, 14

População, 14, 17, 23, 31

Populações, 22, 31

Práticas, 16, 57

Preconceito, 42

Preconceitos, 57

Prejudicam, 26

Presença, 46

Presidiários, 16, 27, 56

Presos, 28

Principais, 57

Princípios, 14

Prioriza, 15

Prisão, 47

Prisional, 14, 18

Prisões, 15, 17, 26, 31

Privacidade, 31

Problema, 15, 22, 47

Problemas, 16, 23, 32

Profissionais, 58

Profissional, 52

Profundas, 14

Profundo, 47

Programa, 55

Promoção, 17

Proporcionam, 52

Próprio, 52

Provocados, 51

Psicologia, 17

Psicológicas, 14, 15

Psicológicos, 25, 31

Psicóticos, 32

Públicas, 14

Punitiva, 22

Punitivo, 51

Q

Qualidade, 26

Questões, 14, 18

R

Raciais, 16

Reabilitação, 15, 27, 51,

52, 55, 56, 57

Reabilitadora, 57

Reabilitar, 15

Reabilite, 58

Rebeliões, 26

Reconsiderar, 17

Recuperação, 51

Redução, 17

Reduzir, 55

Reflete, 22

Reforça, 44

Reformas, 56

Reincidência, 37, 47, 55,
56

Reintegração, 18, 36, 58

Relacionadas, 23

Relatório, 15, 23

Remição, 55

Reparação, 51

Resistência, 56

Respeito, 17, 51

Ressocialização, 27

Restrições, 57

Resulta, 26

Rússia, 14

S

Saúde, 23

Saúde, 31

Segurança, 26

Seletividade, 46, 47

Série, 14

Serviços, 23

Significativamente, 52

Significativas, 14

Significativo, 42

Significativos, 27

Sintoma, 15

Sistema, 14

Sistemáticas, 14

Situação, 22, 31

Sociais, 14

Sociedade, 18, 27

Socioeconômicas, 16, 35

Subjetivação, 17

Subsistência, 37

Sucedida, 58

Superlotação, 14, 15, 22,
23, 26, 27, 31

Superlotação, 21, 22

Superlotadas, 25

T

Taxa, 56

Taxas, 56

Tempo, 18

Texto, 14

Todos, 18

Trabalho, 36, 52, 56

Transformação, 52

Tratados, 43

Treinamento, 57

Tuberculose, 25

U

Unidades, 26

Universitários, 53

Urgência, 14

V

Ventilação, 25

Verdadeira, 48

Vida, 17

Violência, 23

ORL



9786560540729